

A tragédia anunciada de Taiwan

*Reis Friede**

A invasão de Taiwan pela China (ou, sob a narrativa oficial de Pequim, a reincorporação de parte indivisível de seu território) é uma tragédia anunciada.

Sob muitos aspectos, será resultado de uma negligente política militar doméstica (que perdurou durante anos, mormente após o falecimento de Chiang Kai-Shek em 1975), associada a uma excessiva (e, até mesmo, ingênua) confiança nas garantias norte-americanas de segurança coletiva.

A famosa frase atribuída ao secretário de Estado do presidente Dwight Eisenhower (entre 21 jan 1953 e 22 abr 1959), John Foster Dulles, durante uma visita ao México em 1958 (mas que, em realidade, foi originalmente concebida pelo presidente francês Charles de Gaulle: “nenhuma nação tem amigos, apenas interesses”), “os Estados Unidos não têm amigos, têm interesses”, é uma lição amarga que muitos países, como o Vietnã do Sul (integrante, ainda que como “observador protegido”, de um acordo multilateral de defesa chamado OTASE/SEATO),¹ experimentaram (com terríveis consequências) na prática das cambiantes relações geopolíticas.

A verdade é que a proteção norte-americana aos países do sudeste da Ásia perdurou até o momento em que os (oscilantes) interesses norte-americanos voltaram-se para o Oriente Médio (e para a proteção de seu suprimento de petróleo), ao mesmo tempo em que a China (que, por iniciativa estadunidense, foi admitida na ONU em 23 de novembro de 1971, passando a ocupar um assento no Conselho de Segurança em lugar

de Taiwan e, logo em seguida, reconhecida diplomaticamente, em parte, na histórica viagem do presidente Richard Nixon em 1972, para, posteriormente, ser plenamente reconhecida na política de “Uma Só China” em 1979, durante o governo Jimmy Carter) deixou de ser vista como uma ameaça, passando a ser encarada como uma aliada (de oportunidade) na luta de contenção ao expansionismo soviético. “Tardamente, os EUA tentaram cinicamente jogar o poderio da China contra a URSS; esta é uma política cega e perigosa (BREJNEV; 1979, p. 222).”

Ainda assim, muito antes, os EUA já tinham emitido claro sinal de que sua proteção militar (a que muitos aludiam como o “guarda-chuva nuclear estadunidense”) era limitada e sempre condicionada aos seus (mutáveis) interesses nacionais prevalentes.

Não por acaso, muitos países, pretensamente protegidos pelo “escudo militar norte-americano”, desenvolveram suas próprias capacidades militares, inclusive adquirindo tecnologia bélico-nuclear, como foi o caso do Reino Unido em 1952, da França em 1960, e mais especificamente de Israel no final da década de 1960, como resultado de seu completo abandono, em 1967, na chamada Guerra (preemptiva) dos Seis Dias (o que motivou a África do Sul a também buscar a tecnologia, contando com apoio israelense).

Não obstante o maciço auxílio militar norte-americano na posterior Guerra do Yom Kippur (1973), a verdade é que, no terceiro dia de intensos combates (e com riscos reais de uma derrota de Tel Aviv), o presidente Richard Nixon foi advertido diretamente pela

* Desembargador federal, é professor emérito da ECEME e da EsAO, professor *honoris causa* da ECEMAR, conferencista especial da Escola Superior de Guerra (ESG) e membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDa), da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Academia Brasileira de Defesa (ABD). É coautor da obra “Das Novas Guerras (Fenomenologia dos Conflitos Armados)” (BIBLIEx, 2019, 576 p.). Site: <https://reisfriede.wordpress.com/>. E-mail: reisfriede@hotmail.com

premiê Golda Meir de que Israel estava pronto para usar suas armas nucleares diretamente contra as cidades do Cairo e de Damasco no caso de um eventual desastre no campo de batalha que não fosse impedido pelos americanos, obrigando Washington a suprir Tel Aviv com um amplo fornecimento de armamentos que garantiriam, alternativamente, a vitória israelense, sem o emprego de bombas atômicas.

Mais uma vez, prevaleceu a defesa dos interesses nacionais norte-americanos (no contexto da dinâmica da Guerra Fria) sobre uma pretensa amizade (irrestrita) judaico-americana.

Sem muito esforço de reconstrução da história, portanto, é fácil concluir que muitos países souberam aprender as lições relativas à realidade da política externa preconizada por Washington (entendendo perfeitamente os limites das garantias militares estadunidenses), desenvolvendo, por via de consequência, forças dissuasivas próprias (inclusive com parcial ou mesmo total independência de fornecimento estrangeiro, como é o caso da Suécia) que asseguraram – não obstante a manutenção (mesmo que nem sempre regular) do auxílio norte-americano – a sua efetiva proteção e, mais do que isso, a sua própria sobrevivência enquanto nações soberanas.

Nesse sentido, o caso de Taiwan é no mínimo emblemático.

Com um Produto Interno Bruto – PIB que, em 2020, atingiu a surpreendente cifra de 636 bilhões de dólares (quase o dobro dos US\$ 383 bilhões de Israel e superior à renda nacional da Suécia, de US\$ 529 bilhões), é no mínimo paradoxal que um país ameaçado de constante (e iminente) invasão tenha despendido apenas 13,9 bilhões de dólares (2,2% do PIB) em sua defesa em comparação com Israel, que, no mesmo período, gastou 16,6 bilhões de dólares (4,3% do PIB).

Também chama a atenção que, em 1964, os efetivos (ativos) de Taiwan contavam com 600 mil militares (mais que o dobro dos 250 mil de Israel), e que em 2020 tenham sido reduzidos para apenas 163 mil soldados (um número equivalente aos 169 mil de Israel, entretanto com a substancial diferença de que Tel Aviv consegue, ao contrário de Taipé, mobilizar outros 465 mil em pouco mais de 48 horas).

Ademais, salta aos olhos que o número de carros de combate (CC) à disposição do Exército Taiwanês tenha sido drasticamente reduzido nos últimos anos, contando, em 2020, com apenas 565 unidades, cerca da metade do quantitativo disponível em 1964, e todos de modelos obsoletos, que, praticamente, não são mais utilizados pelos grandes exércitos (200 M-60 A3; 100 M-48 A5 e 265 M-48H; além de 100 blindados M-41/Type-64), comparados às 1.370 unidades israelenses (das quais 490 encontram-se em prontidão), sendo a maioria dos moderníssimos modelos Merkara Mk. IV (330 unidades) e III (160 unidades), de fabricação própria, além de 880 na reserva (660 Mk. III e 220 Mk. IV).

No que concerne à força aérea – componente armado vital, que muitos historiadores apontam como fator decisivo que impediu a suposta invasão germânica às Ilhas Britânicas na famosa Batalha da Inglaterra em 1939-1940 –, a situação de Taiwan é ainda mais preocupante. Taipé contava, em 2020, com 478 aviões de combate, sendo praticamente todas aeronaves com capacidade combativa extremamente limitada: 86 F-5E/F Tiger II (além de mais algumas unidades em estoque); 139 F-16A/B Falcon (versões já bastante ultrapassadas do icônico caça norte-americano, todos adquiridos em 1992); 55 Mirage-2000 e 127 de seu avião de ataque (de fabricação local) F-CK-1C/D Chung-Ku; além de 71 outros modelos.

Não obstante as recentes encomendas de 66 caças F-16V Block.70 Viper de última geração (equipados com radar de controle de tiro de primeira linha AESA APG-83) – quatro dos quais já entregues e operacionais –, mísseis de defesa aérea Patriot, navios detectores de minas submarinas, helicópteros Black Hawk, além de 18 torpedos Mk-48 (estes diretamente dos estoques norte-americanos) e outros equipamentos de menor envergadura, o rearmamento de Taiwan é, no mínimo, tardio e muito aquém de suas necessidades defensivas, e se distensionará (com exceção dos torpedos) em um prazo de entrega no mínimo preocupante em face da urgência da necessidade de tais equipamentos.

Vale lembrar que, em 1955, após diversas tentativas de invasão chinesa às ilhas (a chamada Crise do Estreito de Taiwan – 1954/1955),² o governo Eisenhower resol-

veu instalar bases americanas (e alocar efetivos norte-americanos) no arquipélago como forma de dissuadir (a exemplo da presença militar estadunidense na Coreia do Sul) qualquer aventura militar por parte de Pequim, ainda que uma segunda tentativa (igualmente frustrada) tenha sido realizada em 1958.^{3,4} Em 1979, porém, o governo Carter, em acordo com as lideranças chinesas, removeu todo o efetivo e os equipamentos que protegiam Taiwan,⁵ indicando (indiretamente) o afastamento (definitivo) dos EUA de um compromisso maior com a defesa das ilhas, não obstante o chamado “Ato de Relações com Taiwan”, aprovado pelo Congresso dos EUA, em abril de 1979, que exige que o país garanta ao arquipélago (permanentemente) a sua capacidade de autodefesa.

Desde então, uma certa dose de negligência, por parte dos governos democráticos que foram instalados no arquipélago após 1975, impediu que Taiwan, seguindo o exemplo de Israel (e também de outros países como a Suécia), desenvolvesse, de forma plenamente autônoma, as suas próprias defesas militares, conduzindo à atual situação de extrema vulnerabilidade que acomete Taipé (neste presente momento histórico), praticamente dependente do que se convencionou chamar de “Escudo de Silício”, ou seja, uma suposta proteção internacional fundamentada no fato de que o arquipélago produz mais de 40% de toda a fabricação mundial de *chips* semicondutores, essenciais para a indústria eletrônica global.

A posição de Taiwan como líder mundial na fabricação de *chips* semicondutores avançados (a gigante taiwanesa TSMC é líder do segmento, com 28% de participação no mercado global, seguida pela também taiwanesa UMC, com 13% de participação no mercado mundial, fazendo com que o país tenha ostentado, em 2020, 41% de toda a fabricação mundial de *chips* semicondutores, deixando para trás a chinesa SMIC, com 11%, e a sul-coreana Samsung, com 10%) atua como elemento singular de *dissuasão* para uma ação militar chinesa, uma vez que o impacto de uma guerra nessa região seria tão expressivo que a China seria obrigada a pagar um preço muito alto, incluindo danos a sua própria economia, considerando que o gigante asiático chinês depende, assim como o resto da economia mundial, de *chips* extremamente sofisticados que são fabricados em Taiwan. Por outro lado, além da enor-

me perturbação que traria para a cadeia de suprimentos de alta tecnologia global das maiores economias do mundo, uma eventual invasão (bem-sucedida) à ilha daria à China o controle sobre as fábricas de *chips* mais avançadas do mundo, algo que certamente os Estados Unidos e seus aliados tentariam evitar, mesmo que para isso fosse necessária uma intervenção bélica. (ADDISON; 2001)

Ainda assim – no campo militar propriamente dito –, Taiwan continua extremamente vulnerável a uma ação chinesa por absoluta ausência de meios próprios que assegurem uma defesa efetiva. Nunca é por demais lembrar que a sobrevivência de Israel, de forma muito diferente de algumas narrativas (que insistem em uma pseudopredominância de um irrestrito compromisso de Washington), deveu-se exclusivamente à determinação de seu povo de se manter como nação independente, razão principal da obtenção (a um elevadíssimo custo) de armas nucleares (que, em última análise, garantiram a sobrevivência do Estado judaico no conflito de 1973) e, posteriormente, de meios mais adequados para o seu emprego (como mísseis balísticos e, mais recentemente, de cruzeiros lançados de submarinos), e da diversificação em relação a seus fornecedores de equipamentos militares (driblando, dessa feita, algumas restrições norte-americanas vigentes, particularmente na década de 1960), além da constituição de uma indústria bélica nacional de grandes proporções.

Na prática, poucas dessas iniciativas foram perseguidas pelo povo taiwanês, que preferiu apostar (ingenuamente) em uma democratização da China Continental (fato que simplesmente não ocorreu e, ao que tudo indica, não deverá acontecer), indicando, no mínimo, um futuro sombrio para o sonho democrático (e soberano) de Taiwan, assim como para as relações sino-americana-taiwanesas.⁶

Por fim, vale também anotar que Taiwan, ao lado da Coreia do Sul e de Singapura, foi um dos tigres asiáticos que obtiveram um surpreendente desenvolvimento econômico nos anos 1980 e seguintes. Diferente dos outros dois países, porém, Taipé optou por não investir na modernização e ampliação de suas Forças Arma-

das, deixando de ostentar, na atualidade, uma força de dissuasão semelhante à que a Coreia do Sul possui (em relação à Coreia do Norte e à China) e que Singapura (apesar de sua diminuta população e extensão territorial) apresenta, de um modo geral.

Mais do que nunca, parece ser válida, para o caso taiwanês, a famosa advertência do autor latino Publius Flavius Vegetius Renatus (século IV d.C.): “*si vis pacem, para bellum*” (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

Pontos destacados no texto

1. Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE/SEATO)

A OTASE/SEATO foi essencialmente uma versão asiática da OTAN/NATO, criada em 1954 com objetivo de bloquear possíveis avanços comunistas no sudeste da Ásia e, posteriormente, extinta em 1977, em decorrência da derrota e do conseqüente desaparecimento da República do Vietnã (Vietnã do Sul) em 1975, e composta, originariamente, por Estados Unidos, França, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas e Tailândia, além da República do Vietnã e do Reino do Laos também como observador.

2. A Primeira Crise do Estreito de Taiwan

A chamada Primeira Crise do Estreito de Taiwan foi um confronto armado de curta duração que ocorreu entre os governos da República Popular da China – RPC (China Continental) e da República da China (Taiwan). A RPC tomou as Ilhas Yijiangshan, forçando Taiwan a abandonar as Ilhas Tachen. Devido a tal fato, as Marinhas dos Estados Unidos e de Taiwan uniram-se para evacuar o pessoal militar e civil da República da China das Ilhas Tachen para Taiwan. Vale ressaltar que, embora as Ilhas Tachen mudassem de mãos o tempo todo durante a crise, os noticiários estadunidenses centraram-se quase que exclusivamente nas Ilhas Quemoy e Matsu, as quais se tornaram palcos de frequentes duelos de artilharia.

A distância de tais ilhas para Taiwan é de cerca de 150km. Apenas poucos quilômetros de mar, todavia, separam Quemoy de territórios controlados pela China na cidade de Xiamen, estando Matsu situada a uma distância similar de Fuzhou, o que torna tais ilhas visíveis do continente e alvos fáceis para peças de artilharia (KISSINGER; 2011).

A guerra civil chinesa havia diminuído em escala em 1949, com o governo de Chiang Kai-Shek, do Kuomintang (KMT) e 1,3 milhões de seus partidários abandonando a China Continental e criando um refúgio na ilha de Taiwan (também conhecida como Formosa) (USA. *The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958*). Enquanto as hostilidades no oeste e sudoeste da China continuaram, o território sob a jurisdição da República da China foi efetivamente reduzido para Taiwan, Ilhas Pescadores e vários arquipélagos ao longo da costa sudeste da China. A Ilha de Hainan caiu para os comunistas em abril de 1950 e as Ilhas Choushan foram evacuadas pelos nacionalistas em maio de 1950, antes da Primeira Crise do Estreito de Taiwan.

Em 1949, o Exército de Libertação Popular tentou, em algumas ocasiões, tomar os arquipélagos de Matsu e Quemoy. Essas tentativas, todavia, foram rechaçadas por forças nacionalistas. Em 1950, estava sendo preparada uma nova invasão. Com o início da Guerra da Coreia, no entanto, o presidente norte-americano Harry S. Truman enviou a Sétima Frota para a região, o que adiou novas tentativas de tomada das ilhas (HENRY KISSINGER, ob. cit., p. 160-166).

Os arquipélagos de Matsu e Quemoy, situados no estreito de Taiwan, entre Formosa e a China Continental, eram a principal linha de defesa dos nacionalistas contra o Partido Comunista da China (PCC), tendo, por essa razão, sido amplamente fortificados por Chiang. As ilhas ao largo da costa da província de Chekiang eram vistas como uma excelente posição para recuperar o continente (USA. *The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958*).

O início dos bombardeios ocorreu quando o secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, voava para as Filipinas para reuniões necessárias à formação da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE/SEATO), em um contexto no qual o presidente

estadunidense Dwight D. Eisenhower negociava um tratado formal de defesa mútua com Taiwan. A ofensiva da RPC fez com que três porta-aviões da Sétima Frota retornassem para a região, tendo Taiwan realizado ataques aéreos. O Tratado de Defesa Mútua EUA-Taiwan foi rubricado em 23 de novembro de 1954, mas aplicava-se apenas a Taiwan e às Ilhas Pescadores, um arquipélago situado a cerca de 40km a oeste de Taiwan. As Ilhas Quemoy, Matsu e outras ilhas próximas do continente quedaram fora.

Em 18 de janeiro de 1955, a RPC invadiu as Ilhas Dachen e as Ilhas Yijiangshan. A Sétima Frota norte-americana não tentou defender essas ilhas, limitando-se a ajudar na evacuação das forças nacionalistas, em um contexto no qual as tropas do Exército de Libertação Popular (ELP) não estavam autorizadas a atirar contra navios ou tropas estadunidenses. No final do mesmo mês, foi aprovada uma resolução pelo Congresso dos EUA autorizando o uso da força para a defesa de Taiwan, Ilhas Pescadores e “territórios relacionados” no Estreito de Taiwan, o que ampliava a proteção do país a Taiwan.

Um dos aspectos da crise foi a ameaça de utilização de bombas atômicas, que foi objeto de uma das declarações mais polêmicas de Mao Tsé-Tung:

O povo chinês não vai se deixar acovardar pela chantagem atômica norte-americana. Nosso país tem uma população de 600 milhões e uma área de 9.600.000km². Os Estados Unidos não podem aniquilar a nação chinesa com sua pequena pilha de bombas atômicas. Mesmo que as bombas atômicas fossem tão poderosas que, ao serem lançadas sobre a China, abrissem um buraco até o centro da Terra, ou explodissem o planeta, isso não significaria praticamente nada para o universo como um todo, embora pudesse ser um evento de magnitude para o sistema solar [...] se os Estados Unidos com seus aviões, mais a bomba atômica, lançarem um guerra de agressão contra a China, então a China, com seu pãoço, mas seus fuzis, sem dúvida emergirá vitoriosa. O povo do mundo inteiro nos dará apoio (USA, *The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958*).

Em 15 de março de 1955, Dulles declarou que seria possível a utilização de armas nucleares de uso tático naquele confronto.

Nesse contexto, a China decidiu reduzir a intensidade do conflito. Em 23 de abril de 1955, Zhou Enlai declarou, em uma Conferência Asiática-Africana de Países Não Alinhados, em Bandung (Indonésia), que:

O povo chinês não quer entrar em uma guerra contra os Estados Unidos da América. O governo chinês está disposto a se sentar à mesa de negociações com o governo norte-americano para discutir a questão do relaxamento de tensão no Extremo Oriente, especialmente a questão do relaxamento de tensão na área de Taiwan. (USA, *The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958*)

Logo na semana subsequente, a RPC encerrou os bombardeios.

Um dos resultados dessa crise foi que, durante a Conferência de Genebra de 1954, convocada para resolver a Guerra de Independência do Vietnã, a RPC e os EUA acordaram em estabelecer contatos por meio de funcionários consulares em Genebra (KISSINGER, 2011, p. 160-166).

3. A Segunda Crise do Estreito de Taiwan

A denominada Segunda Crise do Estreito de Taiwan teve início em 23 de agosto de 1958, quando a artilharia do Exército de Libertação Popular (ELP) passou a bombardear as Ilhas Quemoy e Matsu, localizadas no estreito, e ameaçar lançar uma invasão sobre elas. Mao Tse-Tung não tinha nenhum interesse em que a questão de Taiwan permanecesse adormecida, pretendendo, além de protestar contra o contínuo apoio dos Estados Unidos à República da China (Taiwan), mostrar sua independência da União Soviética (GLOBAL SECURITY. *Second Taiwan Strait Crisis*).

Referidos ataques causaram a implantação da Sétima Frota da Marinha estadunidense no estreito. Depois de algumas semanas críticas, durante as quais as ilhas ficaram em sério risco, os norte-americanos conseguiram estabelecer uma linha de abastecimento em

Quemoy, incluindo o desembarque aberto de artilharia que poderia lançar ogivas nucleares táticas.

A primeira fase de bombardeios durou semanas e, após uma breve pausa, os ataques foram retomados por 29 dias. Nos últimos dias, adotou-se o padrão de efetuar bombardeios apenas nos dias ímpares, manobra que Mao descreveu como um ato de batalha política (KISSINGER, 2011, p. 178).

O conflito resultou em cerca de 1.000 mortos e feridos (KISSINGER, p. 180) e terminou com um cessar-fogo entre as partes beligerantes. Os bombardeios, porém, continuaram de forma intermitente por mais de uma década (USA. *The Taiwan Strait Crisis*).

No início da crise, Mao Tsé-Tung afirmou que tais bombardeios seriam uma resposta chinesa à intervenção estadunidense no Líbano (Crise do Líbano de 1958), uma atitude que demonstraria sua oposição à política de coexistência pacífica sustentada pela URSS de Nikita Khrushchev à época. Zhou Enlai, entretanto, afirmou, em 5 de setembro do mesmo ano, que o verdadeiro objetivo de Pequim seria a retomada das conversações entre a China e os EUA ao nível de embaixadores, uma resposta ao rebaixamento do caráter daquelas negociações (KISSINGER, 2011, p. 167-168), em 1957, que ocorriam em Genebra desde o final da Primeira Crise do Estreito de Taiwan, em 1954. No dia seguinte, o embaixador dos EUA em Varsóvia foi indicado para representar seu país na retomada do diálogo (KISSINGER, 2011, p. 164, 168, 178-181).

Ao final da crise, Mao Tsé-Tung declarou:

Lutamos nessa campanha, que tornou os Estados Unidos dispostos a conversar. Os Estados Unidos nos abriram as suas portas. A situação não parece ser nada boa para eles, e vão se sentir nervosos dia sim dia não se não mantiverem um canal de diálogo conosco a partir de agora. Ok, então vamos conversar. Em relação à situação geral, é melhor resolver as disputas com os Estados Unidos por meio de conversa ou por meios pacíficos, porque somos um povo amante da paz (KISSINGER, 2011).

4. As considerações sobre o emprego de armas nucleares táticas durante a Segunda Crise do Estreito de Taiwan

Documentos tornados públicos recentemente indicam que algumas lideranças militares dos Estados Unidos defenderam, junto à Casa Branca, o estabelecimento de um planejamento contingencial, visando o emprego de armas nucleares táticas contra a China Continental durante a chamada Segunda Crise do Estreito de Taiwan, em 1958. Diversos relatórios divulgados pelo jornal *The New York Times* revelam a extensão das discussões, procedidas no âmbito do Pentágono, sobre o uso de armas nucleares para deter a invasão chinesa a Taiwan, incluindo planos (mais detalhados) para eventuais contra-ataques, com o emprego de munição nuclear, às possíveis agressões chinesas contra as bases militares estadunidenses na região, mormente as instalações (e o correspondente contingente de aproximadamente 30.000 militares) que foram construídas, a partir de 1955, pelo presidente Dwight David Eisenhower (1953-1961) na ilha, e que dispunham de armamento tático-nuclear como parte de um elemento dissuasivo contra agressões por parte de Pequim.

Com a vitória de Mao Tsé-Tung e do Partido Comunista Chinês em 1949 – após uma guerra civil em que as forças armadas do governo nacionalista, muito enfraquecidas em decorrência dos exaustivos combates com o Japão no contexto da Segunda Guerra Mundial e também pelo fato de que as forças soviéticas ainda ocupavam parte da Manchúria (permitindo à guerrilha comunista um santuário seguro e acesso quase irrestrito às armas, munições e equipamentos abandonados pelos japoneses), e adicionalmente sem um suporte econômico e militar mais amplo por parte dos EUA, sucumbiram à guerrilha maoísta –, Chiang Kai-Shek foi obrigado a se refugiar em Taiwan (buscando uma reorganização de suas forças e apoio econômico internacional para um almejado retorno triunfal ao continente). Ambos acreditavam (cegamente) que poderiam, em breve espaço de tempo, reunificar o território, tendo os dois lados, por essa razão, entrado em confrontos intermitentes nas décadas seguintes.

Nesse contexto – em que a política de defesa da China Nacionalista (Taiwan) passou a ser uma prioridade para Washington –, os EUA e a República Popular da China estiveram muito próximos de um conflito armado, particularmente durante a denominada Segunda Crise do Estreito de Taiwan, que ocorreu em 1958, quando chineses usaram artilharia contra as ilhas periféricas controladas por Taipé. Washington temia que o ataque pudesse ser um precursor de uma invasão em grande escala. O bombardeio se concentrou no grupo de ilhas Quemoy e Matsu, que ficam entre Taiwan e a China Continental e são vistos como as primeiras linhas de defesa de Taipé.

Embora fosse de amplo conhecimento que os EUA possuíam armamento nuclear tático em suas bases em Taiwan (assim como em instalações militares na Coreia do Sul), ocorreu, na oportunidade, um intenso debate nos círculos militares se Washington deveria (ou não) empregar armas nucleares para impedir uma possível invasão chinesa à ilha.

Alguns oficiais dos Departamentos de Estado e de Defesa dos EUA estavam preocupados que a eventual perda das ilhas Quemoy e Matsu pudesse conduzir a uma completa tomada comunista de Taiwan.

Em caso de ataque aéreo ou marítimo às ilhas taiwanesas, o general da Força Aérea dos EUA, Nathan Twining, afirmou que Washington teria que utilizar armas nucleares contra bases da força aérea chinesa, começando com armamento atômico de baixo rendimento, oscilando entre 10 e 15 quilotons. Se tal fato *per si* não levasse à interrupção do ataque da China Continental, os EUA não teriam alternativa a não ser a condução de ataques nucleares (mais amplos) no interior da China, cobrindo as principais cidades e instalações militares.

Documentos revelam que o chefe do Estado-Maior Conjunto dos EUA reconhecia que tal fato poderia vir a também (eventualmente) desencadear, por parte da União Soviética (ainda uma aliada de Pequim), uma retaliação nuclear contra as bases americanas em Taiwan e em Okinawa, no Japão, enfatizando que, se a política nacional era defender as ilhas costeiras, as eventuais consequências deveriam ser muito bem dimensionadas e eventualmente aceitas.

Um dos documentos menciona que, considerando que a China ainda não tinha desenvolvido suas próprias capacidades nucleares (o que somente veio a se concretizar com seu primeiro teste atômico, ocorrido em 1964), qualquer retaliação nuclear somente poderia partir de Moscou, possivelmente desencadeando, nesse cenário, um conflito global ainda mais devastador.

O documento principal afirma, ainda, que o Estado-Maior Conjunto dos EUA, bem como o general Twining, em particular, interpretavam o uso de armas atômicas como inevitável. Em uma sessão do Congresso, o general Laurence S. Kuter, o principal comandante da Força Aérea no Pacífico, afirmou que qualquer ação aérea dos EUA contra um ataque chinês nas remotas ilhas não teria chance de sucesso, a menos que armas atômicas fossem usadas logo no início.

Nesse sentido, é no mínimo curioso observar que o armamento tático nuclear que foi introduzido em 1955, particularmente na base americana em Taiwan (e que buscava exatamente dissuadir Pequim de proceder a uma nova aventura militar, após a Primeira Crise do Estreito de Taiwan, em 1954), não foi suficiente para impedir as (renovadas) cogitações chinesas em relação a uma nova tentativa de invasão (ainda que a ação não tenha ocorrido, em face da determinação de Eisenhower de se utilizar todos os meios para impedir o objetivo chinês). Com muito maior efetividade mostraram-se as armas nucleares táticas estacionadas nas bases americanas na Coreia do Sul, que, de fato, durante o período em que elas se encontravam (ostensivamente) naquela região, impediram novas investidas militares por parte de Pyongyang.

No final das contas, Eisenhower, o presidente dos EUA à época, hesitante quanto à real necessidade de usar armas nucleares, pressionou as forças americanas na região a manterem a ameaça militar por meio de armas convencionais. O massivo poder aéreo estadunidense (que, na oportunidade, já contava com os bombardeiros pesados B-52 Stratofortress), para muitos outros analistas, por si só já era motivo suficiente para impedir um desembarque exitoso por parte de Pequim. Ademais, a esmagadora superioridade naval

norte-americana também seria capaz de proteger o estreito (de aproximadamente 200km de largura), impossibilitando qualquer desembarque de forças chinesas, que sequer possuíam (à época) os meios anfíbios necessários para tal.

Por outro lado, a ideia de que os EUA (sem uma efetiva necessidade) arriscariam uma “troca nuclear” com os soviéticos por ilhas sem real valor militar não parecia sensata. Ainda assim, porém, a real cogitação do emprego de armas nucleares táticas contra o território chinês continental conduziu, de fato, a um acordo de cessar-fogo em 6 de outubro de 1958, quando Pequim finalmente entendeu que, sem a posse de armas nucleares próprias, jamais teria sucesso em uma tentativa de reunificar seu (pretensão) território pela força das armas, o que fez acelerar o seu programa bélico-nuclear.

Floresceu, dessa feita, uma segunda doutrina militar chinesa, que não mais desdenhava a utilidade das armas nucleares (passando Mao Tsé-Tung a entender melhor a resposta de Nikita Khrushchev – 1953/1964 sobre a sua argumentação de que os americanos seriam apenas um simplório e inofensivo “Tigre de Papel”: “o Tigre de Papel tem dentes nucleares”, retrucou imediatamente Khrushchev), abandonando Pequim (parcialmente) a sua primeira doutrina, que apregoava a concepção do exército de “massas”, provido de gigantescos efetivos, ainda que com poder de fogo relativamente restrito (vale lembrar que, até a década de 1960, o Exército Popular do Povo ainda utilizava cavalos ao lado de seus tanques e blindados de combate), para a defesa impositiva de sua soberania (valendo lembrar que a China Continental não era reconhecida como um país independente e sequer tinha representação na ONU até 1971) e também para operações militares ofensivas.

Atualmente, após uma terceira e fracassada tentativa de reunificar o território, na chamada Terceira Crise do Estreito de Taiwan, em 1996, durante a administração Clinton (1993-2001), a liderança chinesa, muito impressionada com o estrondoso sucesso estadunidense durante a Guerra do Golfo, em 1991 – quando as forças americanas (e de uma coalizão) conseguiram, em apenas 72 horas de combates terrestres, derrotar o

Exército Iraquiano, que, à época, era o quinto maior exército do mundo –, a China finalmente entendeu que necessitava alterar, pela terceira vez, sua doutrina militar, investindo pesadamente em tecnologia bélica e modernizando (bem como ampliando) suas capacidades navais e aeroespaciais, tornando suas forças armadas mais compactas e assemelhadas às dos EUA e da Rússia (esta na condição especial de herdeira da finada URSS).

Em seu discurso em janeiro de 2019, o presidente chinês, Xi Jinping, advertiu que tomaria todos os meios necessários e não renunciaria ao uso da força para reunir Taiwan ao continente chinês.

Pequim continua a reivindicar total soberania sobre Taiwan, uma sólida democracia de quase 24 milhões de pessoas, localizada na costa sudoeste da China Continental.

Muito embora os dois lados tenham sido governados separadamente por mais de sete décadas, há apenas alguns anos Taipé – constatando a total impossibilidade de reunificação em seus termos – passou a cogitar tornar-se um país independente. Pequim, por seu lado, insiste, em sinérgica contraposição crítica, que, ainda nos próximos anos, Taiwan e seus 24 milhões de habitantes serão incorporados (mesmo que mediante emprego da força militar) à sua soberania (em uma situação assemelhada ao Tibete), aproveitando-se, inclusive, do fato de que não há mais na ilha bases (e efetivos) norte-americanos e que todo o armamento nuclear dissuasivo foi retirado na década de 1970.

5. O restabelecimento das relações diplomáticas entre a República Popular da China e os Estados Unidos em 1979 e o fechamento das bases militares norte-americanas em Taiwan

O arquipélago de Taiwan possuía bases militares estadunidenses instaladas em seu território desde 1955, mas a Sétima Frota da Marinha estadunidense já patrulhava rotineiramente o estreito que separa a ilha do continente desde o início da Guerra da Coreia (1950-1953). Juntas, essas forças formavam um amplo com-

ponente dissuasório contra qualquer tentativa de invasão por parte da República Popular da China – RPC. As bases localizadas no arquipélago também foram de grande auxílio aos próprios norte-americanos durante a Guerra do Vietnã (1964-1975), quando o número de tropas estacionadas no território subiu gradualmente até atingir 30.000 militares.

O Comunicado de Xangai, todavia, publicado pelos EUA e pela RPC em 28 de fevereiro de 1972, durante a visita do presidente estadunidense Richard Nixon à China Continental, estabeleceu que as tropas e os equipamentos bélicos norte-americanos em Taiwan seriam gradualmente retirados. Ainda em 1972, Nixon ordenou a retirada de todo o armamento nuclear da ilha e, em abril de 1973, após as tropas estadunidenses terem saído do Vietnã do Sul, o número de efetivos norte-americanos estacionados no arquipélago declinou para 12.000 homens.

No Comunicado Conjunto de Estabelecimento de Relações Diplomáticas, datado de 1º de janeiro de 1979, os EUA transferiram o reconhecimento diplomático de Taipé para Pequim. Com essa atitude, reiteraram a posição da RPC de que existe apenas uma China e que Taiwan (ou a chamada República da China) faz parte dela.

Após o citado reatamento completo das relações diplomáticas entre os EUA e a RPC, a última cerimônia militar estadunidense na ilha ocorreu em 26 de abril de 1979, com o último soldado deixando Taiwan em 3 de maio do mesmo ano.

6. As relações EUA-China-Taiwan

Ao longo das últimas décadas, muitas empresas transnacionais (com matriz nos Estados Unidos) transferiram parte (ou mesmo a totalidade) de suas operações para a China, criando, entre ambas as nações, uma intrincada relação de interdependência, uma vez que parte considerável da economia chinesa depende diretamente da produção local de indústrias norte-americanas, ao mesmo tempo em que o mercado consumi-

dor dos EUA também depende (em boa parte) de itens produzidos em fábricas localizadas no país asiático.

Apesar da dimensão da transferência (indireta) de capitais estadunidenses, Washington apostou que Pequim, gradualmente, migrasse seu sistema econômico (supostamente uma forma de “capitalismo de Estado”) para o capitalismo liberal (ou neoliberal), integrando-se plenamente à Nova Ordem Mundial, inaugurada em 1991, com o fim da chamada Primeira Guerra Fria (1947-1991), e a correspondente extinção da União Soviética.

De forma muito diferente da expectativa norte-americana, porém, a China apenas se utilizou das empresas ocidentais e da consequente transferência de capitais para, protegendo a sua própria indústria, limitar o acesso estrangeiro (e, especialmente, estadunidense) ao mercado chinês, ao mesmo tempo em que seu parque exportador tornou refém os mercados europeu e norte-americano, permitindo àquele outrora país subdesenvolvido transformar-se na segunda potência econômica do planeta, passando a China a competir com os EUA (e com a Europa, Japão e Coreia do Sul) em praticamente todos os setores, com ênfase nas áreas econômica e comercial, e alcançando, mais recentemente, também as esferas política e militar.

A China desempenha um trabalho ‘formidável’ em busca da liderança global, sendo um ‘adversário autoritário’, que faz uso de ‘repressão, roubo de propriedade intelectual, ataques a vizinhos e busca pelo aumento da influência (...)’. O resultado da competição com Pequim será um ponto crucial para a segurança nacional dos Estados Unidos. (WILLIAM BURNS, chefe da CIA, durante sabatina no Congresso Americano em 24 de fevereiro de 2021. *O Globo*, 25 fev 2021, p. 20)

Nesse sentido, vale destacar que Pequim, a partir da chegada de Xi Jinping ao poder em 2012, sentiu-se confortável para implantar um ambicioso plano estratégico, que consiste em ultrapassar os EUA, como a maior potência mundial, em todas as áreas até 2050.

Um plano que, ao se tornar ostensivo, passou a desagradar (mais abertamente) as lideranças de Washington, que passaram (lentamente) a criar barreiras para o expansionismo chinês, com a maior destas refletindo-se sobre a autonomia da ilha de Taiwan, local onde, em 1º de janeiro de 1912, Chiang Kai-Shek ajudou a destituir do poder a Dinastia Qing, em parceria com Sun Yat-Sen (o primeiro presidente provisório da República da China), e para onde igualmente Chiang Kai-Shek se retirou, quando Mao Tsé-Tung e as forças comunistas expulsaram os nacionalistas de Pequim, fundando, em 1º de outubro de 1949, no continente, a República Popular da China (RPC).

Desde 1949, os chineses afirmam que Taiwan não passa de uma província rebelde (muito embora a República da China, com capital em Taipé, tenha sido criada antes da RPC, em 1º jan 1912, e sua atual constituição date de 1947), com Xi Jinping aumentando muito o tom das ameaças nos últimos anos, inclusive afirmando (publicamente) que, se for preciso, não hesitará em empregar a força militar para incorporar a ilha ao seu território continental. Não por outra razão, sob o ponto de vista chinês, o impasse sobre Taiwan constitui-se no maior obstáculo para a melhoria de suas relações com os EUA.

Durante a administração do presidente Donald Trump (2017-2021), os EUA se aproximaram ainda mais de Taiwan, fazendo valer a lei estadunidense que assegura a defesa da ilha até que se encontrem meios adequados e pacíficos para uma possível reunificação que assegure a manutenção do regime democrático para o povo taiwanês.

Neste contexto, durante a administração Trump, foi formalizada a venda de armas e equipamentos militares em valores que ultrapassaram os US\$ 10 bilhões de dólares, com o presidente Joe Biden assegurando, por intermédio do secretário de Defesa, o general Lloyd Austin, que o compromisso norte-americano com a defesa de Taiwan não apenas continuará, como se intensificará ainda mais. Oportuno pontuar que, no dia 21 de janeiro de 2021, o general Austin, durante um testemunho prestado no Senado dos EUA, textualmente afirmou que defenderá uma postura mais enérgica para deter aquilo que classificou como ações agressivas

e coercivas da China. Ele falou também que os EUA precisam ter uma presença mais firme na região do Indo-Pacífico, baseada em novos conceitos operacionais, declarando, ainda, que irá revisar todos os aspectos relacionados com a presença norte-americana no Pacífico, com o objetivo de criar uma força militar mais dinâmica e presente para conter a expansão chinesa na região.

Como o general Austin referiu-se especificamente a questões de infraestrutura, alguns analistas acreditam que os EUA possam estar prestes a ampliar instalações militares existentes ou até mesmo a inaugurar novas bases na região. Quando questionado especificamente sobre Taiwan, o general Austin foi taxativo, afirmando que manterá a política estadunidense de garantia da autonomia de Taiwan, frente aos avanços da China (cf. Canal *Hoje no Mundo Militar*, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yTT-t48I_LE, acesso em: 17 fev 2021).

A competição com a China vai ser dura. Temos que agir contra os abusos econômicos e a coerção do governo chinês. (...) (JOE BIDEN; Reunião do G-7 e Conferência de Segurança de Munique, *O Globo*, 2021, p. 24)

Sobre o tema, vale recordar que, em 1971, o então secretário de Estado americano, Henry Kissinger, embarcou em um voo em Washington que fez escalas no Vietnã, na Tailândia, na Índia e no Paquistão (onde fingiu estar doente), com o propósito de despistar a imprensa sobre o destino final: Pequim.

Era o início da famosa viagem secreta que abriu caminho para o estabelecimento das relações diplomáticas entre EUA e China, no contexto de uma estratégia destinada a isolar a URSS, aumentando o “abismo” entre as duas diferentes vertentes do comunismo global.

Meio século passado, o presidente Joe Biden descreve as relações sino-americanas como de “competição extrema”.

Com apenas quatro dias de governo, o Departamento de Estado repreendeu Pequim (em 24 de janeiro de 2021) pela pressão sobre Taiwan, e reiterou seu apoio “sólido como uma rocha” ao território que a China considera uma província rebelde.

Segundo Bonnie Glaser, especialista em China do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais em Washington (*O Globo*, 28 fev 2021, p. 34), “a impressão é de que o governo Biden é sensível a não ser visto pela China como um líder fraco”, desconectando-se do legado do governo Obama, sendo certo que há uma visão de que, na crise financeira global de 2008, a China tirou vantagem dos EUA em um período difícil, quando os chineses avaliaram que os EUA estavam começando a entrar em declínio de poder perceptível, e que hoje, segundo Yang Jiechi, principal autoridade chinesa em política externa, “ninguém pode deter o rejuvenescimento da nação chinesa”, em uma rejeição às propostas de contenção do poderio chinês que circulam em Washington.

A visão em Pequim é que a pretensão dos EUA em mostrar força é, de certa forma, descolada da realidade, após a caótica eleição presidencial, a invasão do Capitólio e o descontrole da pandemia, que já deixou mais de meio milhão de mortos, em contraste com a China, onde o vírus ficou sob controle e a economia manteve o ritmo de crescimento, ainda que em ritmo mais lento (2,3% em 2020).

Única grande economia a registrar expansão do PIB em 2020 (2,3%), a China volta-se para uma estratégia econômica cautelosa, mas nem por isso menos ambiciosa. A ênfase é no consumo doméstico, na busca da autossuficiência e no investimento em inovação tecnológica. São objetivos já apontados nos últimos anos, com o propósito de reduzir a dependência do comércio exterior, mas que ganharam força devido às incertezas provocadas e pela intensificação da competição estratégica com os EUA. (NINIO, *O Globo*, 2021)

Segundo a Casa Branca, em sua primeira conversa com o presidente da China, Xi Jinping, Biden citou quatro “preocupações fundamentais”: repressão em Hong Kong, práticas econômicas desleais, violações de


direitos humanos contra etnias muçulmanas na província de Xinjiang e “ações crescentemente assertivas na região do mar Meridional, incluindo movimentos contra Taiwan”.

Antigo foco de tensão, Taiwan voltou a ser visto como potencial estopim de uma guerra envolvendo os EUA, em meio a crescentes manobras militares chinesas em torno do território. A possibilidade de um ataque chinês para reunificar a ilha com o continente, para alguns analistas, tornou-se mais plausível com a ascensão do nacionalismo sob Xi Jinping, o líder com mais poderes desde Mao Tsé-Tung.

Xi já disse que Taiwan “deve e será reunificado com a China”, e que a ação, nesse sentido, não deveria passar para as próximas gerações. Embora tais declarações sugiram “certa impaciência”, não significam urgência em agir, acredita Bonnie Glaser. Um ataque chinês, disse ela, resultaria “numa grande guerra entre EUA e China, que não ficaria confinada ao Estreito de Taiwan”. Para Zhao Hai, diretor do Programa de Política Internacional da Academia Chinesa de Ciências Sociais (ACCS), “o perigo de uma guerra é real” devido à crença de setores em Washington de que a reunificação significaria abrir mão da supremacia americana na região da Ásia-Pacífico.

Lonnie Henley, até 2019 o principal analista de China do Pentágono e hoje professor da Universidade de Washington, afirma que o Exército chinês se prepara há 20 anos para o dia em que precisar usar a força para retomar Taiwan, mas que a opção militar é o plano B:

Pequim acredita que o contínuo crescimento da economia tornará a China forte o suficiente para atrair a população de Taiwan e absorver a ilha em seu território sem a necessidade do uso de força militar.

Em relação ao ritmo de construções navais da China, com a Marinha chinesa tendo anunciado que, até 2030, terá 100 navios a mais do que a Marinha dos EUA, o general Austin confidenciou que pretende revisar todos os estudos atuais sobre construções navais nos EUA, com o objetivo de calibrar e aumentar o ritmo de trabalho dos estaleiros norte-americanos, visando impedir eventuais riscos para a livre navegação no Pacífico. 

Referências

ADDISON, Craig. **Silicon Shield: Taiwan's Protection Against Chinese Attack**. 2001, p. 239.

BIDEN, Joe. **Reunião do G-7 e Conferência de Segurança de Munique**. O Globo, 20 fev 2021, p. 24.

BREJNEV, LEONID. **Peace, Détente, and Soviet-American Relations: A Collection of Public Statements**. Political Science, 1979, p. 222.

GLASER, Bonnie. O Globo, 28 fev 2021, p. 34.

GLOBAL SECURITY. **Second Taiwan Strait Crisis**. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/military/ops/que-moy_matsu-2.htm. Acesso em: 6 set 2022.

HOJE NO MUNDO MILITAR. “Aumentaremos a pressão sobre a China e não abandonaremos Taiwan!”, Gen Lloyd Austin, Sec. da Defesa. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yTT-t48I_LE. Acesso em: 17 fev 2021.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011, p. 560.

NINIO, Marcelo. **China Busca Mais Autossuficiência e Maior Controle de Hong Kong**. O Globo, 4 mar 2021, p. 21.

UNITED STATES OF AMERICA. **The Taiwan Strait Crisis: 1954-55 and 1958**. Office of the Historian, Bureau of Public Affairs, United States Department of State. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1953-1960/taiwan-strait-crises>. Acesso em: 6 set 2022.

BURNS, William. **Chefe da CIA, durante sabatina no Congresso Americano em 24 de fevereiro de 2021**. O Globo, 25 fev 2021, p. 20.